

4. Conclusão

Nas terras do alto da serra da Estrela, historicamente um local de passagem, foi construída a cidade de Petrópolis. Constituiu-se em uma extensão da capitalidade do Rio de Janeiro, cuja carga mítica em muito ultrapassaria o período do Império. Mesmo após a Proclamação da República, Petrópolis se manteve como local de veraneio da elite política e social brasileira. Ali se hospedaram quase todos os presidentes do Brasil, alguns, por dias, outros por períodos prolongados, como era o caso do presidente Getúlio Vargas.

Esta forte expressão política, histórica e social pode deixar pouco visível, outro lado da cidade, não menos relevante, o da participação da Colônia neste empreendimento do Império.

As raízes da carga simbólica ancorada em Petrópolis remontam à época do Caminho do Ouro, que trazia de Minas Gerais a produção a ser escoada pelo porto do Rio de Janeiro. Mesmo com o término da exportação de metais preciosos, no final do século XVIII, esta rota continuou a ser a mais importante do vice-reino do Brasil. Esta foi a razão pela qual D. João, ainda residente em Portugal, despendeu grandes somas para construir a Calçada de Pedra, estrada de subida da serra para Petrópolis. Décadas mais tarde, D. Pedro I, seu filho, compraria as terras da fazenda do Córrego Seco sonhando em construir ali um palácio de verão, sonho realizado por seu neto, D. Pedro II.

O local propiciava uma convergência de interesses, provavelmente antevistos pelo Mordomo Paulo Barbosa da Silva e por outros expoentes do Império. Aos dezoito anos de idade, quando assinou o decreto da fundação de Petrópolis, D. Pedro II certamente ainda não tinha vivência para articular, por si só, um projeto de tamanha envergadura.

O escolhido para autor do plano do palácio, e da povoação que seria construída ao seu redor, foi Júlio Frederico Koeler, engenheiro de origem germânica e de comprovada capacidade profissional, que certamente tinha conhecimento das transformações sócio-econômicas que ocorriam na Europa. Além de proporcionar ao Imperador uma residência no alto da serra, a escolha do

engenheiro e as características do empreendimento atendiam, tanto ao sonho de aproximar o Brasil do processo civilizatório europeu, quanto ao de buscar uma solução branca e alternativa, frente às pressões externas contra a escravidão.

A proposta agrícola da Colônia levanta dúvidas. Parece incoerente que Koeler, conhecedor daquelas terras, cujo relevo acidentado até então impossibilitara qualquer produção, não imaginasse sua inviabilidade, da mesma forma o Mordomo.

Entretanto, a criação desta Colônia seria muito bem vinda ao projeto imperial, pois se alinhava à política de estímulo à imigração, procurando ocupar nosso território com trabalhadores qualificados e mão de obra livre. A diversidade de profissões dos imigrantes contratados, em sua maior parte germânicos, embora houvesse outras nacionalidades, possibilitou à Koeler **um** experimento de mão de obra assalariada na construção de estradas e do palácio, e, mais tarde, permitiu a criação das primeiras indústrias em Petrópolis.

Em termos territoriais, a extraordinária velocidade com que foi construída Petrópolis conduziu à uma expansão que **logo** ultrapassaria a dimensão inicial imaginada para a Povoação.

Na Vila Imperial, ao invés de um pequeno povoado à volta do Palácio, intensificou-se o surgimento de mansões e hotéis de luxo, e de um comércio refinado. Em decorrência desta aceleração, os limites inicialmente propostos do plano Koeler foram ultrapassados, e as construções avançaram sobre a área dos Quarteirões Coloniais destinados aos imigrantes.

Na Colônia, com a comprovada inviabilidade da agricultura de grande porte, ocorre a diversificação das atividades dos imigrantes. Mantém-se, no entanto, uma pequena produção agrícola, restrita à subsistência e ao comércio informal. Com o avanço do tecido urbano da Vila Imperial sobre os Quarteirões Coloniais, esses imigrantes vendem seus prazos, agora valorizados, mudam-se para outros periféricos, maiores e de menor custo.

Observa-se uma clara expansão do tecido urbano inicial do plano de Koeler, que foi expressa e adaptada na planta de Otto Reimarus, durante a gestão

do diretor Albino de Carvalho. Alteraram-se os usos e o tipo de ocupação de certas áreas, e houve a transformação dos Caminhos Coloniais em ruas pavimentadas, que passaram a ser interligadas por ruas transversais. Porém o partido adotado por Koeler, aquele que acompanha o percurso dos rios, se mantém inalterado.

Apreende-se do até aqui exposto que, a Vila Imperial, onde se estabeleceu a Corte e a elite brasileira, e a Colônia, onde residiam os imigrantes, formam uma clara dualidade em Petrópolis. Não necessariamente antagônica, mas hierárquica. Ela dá um tom *sui generis* à cidade: embora em Petrópolis os escravos negros fossem pouco numerosos, e em sua maioria domésticos, o que é compreendido pela não existência da agricultura da grande porte, o status servil permaneceu, quase tal e qual, na condição social dos imigrantes europeus.

Esta dualidade, porém, foi amalgamada por uma centralidade de poder, proveniente da presença do Imperador, da estima que os colonos tinham por ele, de todo o simbolismo monárquico que envolvia o projeto da Povoação, e da condição inicial de tutela econômica da Colônia.

Após cinco gestões administrativas Imperiais, e com a Povoação elevada à categoria de Cidade, um novo rumo foi dado à antiga Colônia, tornada autônoma. Estabeleceu-se, assim, uma identidade petropolitana. Mesmo com sua característica de vilegiatura, a cidade foi aos poucos ganhando uma automização em relação ao Rio de Janeiro, e ao projeto Imperial.

A análise teórica indica que o tipo de urbanismo implantado por Koeler pode ser interpretado como não tendo seguido nenhuma das principais classificações de planejamento. Não se enquadra no tradicional modelo português para as nossas cidades. Não tendo traçado regular nem informalidade, corresponde a uma terceira classificação, hipotética, em relação ao semeador e ao ladrilhador de Sérgio Buarque de Holanda. Pode ser considerado híbrido, representando uma tensão entre a assimetria do modelo português e o geometrismo do espanhol, embora a assimetria do primeiro não seja casual, e sim produto do levantamento topográfico que viabilizaria o projeto que o engenheiro tinha em mente.

O plano de Petrópolis, apesar de sua latente ligação com a natureza, possuiu uma racionalidade no traçado implantado pelo engenheiro sobre o levantamento topográfico que fez para área.

De acordo com o pensamento de Françoise Choay, aproxima-se, predominantemente, do modelo culturalista, embora não o represente plenamente. Culturalista porque o ponto de partida do plano foi o levantamento topográfico, logo, a natureza local. Em função dela, e partir da localização do Palácio, foi criado um traçado inicial que se irradia seguindo o percurso dos rios. Sobre esta forma orgânica, Koeler implantou um traçado racional. Um aspecto progressista, que viria a ser reforçado pelas cinco gestões Imperiais posteriores, na execução de obras de natureza técnica por elas desenvolvidas, denotando um hibridismo inicial.

As principais características do pensamento culturalista são a forma orgânica e o sentido nostálgico. O partido criado para a Povoação pode aproximar Petrópolis da noção de cidade jardim, no sentido de sua ambiência natural, enquanto forma, embora muito distante do conteúdo da cidade-jardim de Ebenezer Howard. Diferentemente das cidades inglesas, cujo conteúdo é utópico, a forma orgânica de Petrópolis tem em seu interior a estrutura do poder, derivado da presença do monarca.

Esta presença pessoal de D. Pedro II, faz com que se mova em torno dele a sociedade de corte, assegurando a dimensão de veraneio da cidade. Por seu aspecto, nota-se no espaço indicadores da importância do Imperador, relacionados à centralidade produzida pelo Palácio e pela Vila Imperial, principais elementos do projeto original.

O aspecto culturalista, predominante, fica ainda mais fortalecido se for levado em conta a vivência pregressa de Koeler nas cidades germânicas. Eventuais aproximações das características de Petrópolis com as cidades europeias, especialmente as que ele viveu, teriam um sentido nostálgico.

Ainda que as ideias do engenheiro fossem certamente produto de diversas influências da época, há nelas uma singularidade, ou algo de híbrido em seu

projeto enquanto produto final. É singular, se observada a realidade das cidades na primeira metade do século XIX. Partindo de modernas premissas e concepções, o engenheiro cria um plano modelar, com soluções que prevenissem a Povoação dos problemas de insalubridade e crescimento desordenado, tão comuns na Europa.

Um hibridismo que pode ser explicado pelas referências progressista e culturalista. E não só por elas, mas também, pela dimensão de singularidade petropolitana, que contém a extensão da ideia de capital, a presença do Imperador e da Corte por períodos cada vez mais longos, e, imigrantes estrangeiros que com eles dividem o mesmo espaço geográfico.

Por fim, a dualidade entre a Vila Imperial e a Colônia parece amalgamada pelo conteúdo de poder da cidade Imperial. O que se tem em Petrópolis são duas cidades, uma que é a do Imperador, e a outra, a dinâmica que a move e lhe dá vida.

O sonho de D. Pedro II foi materialmente realizado, pois Petrópolis foi construída como uma Povoação Imperial. No entanto, entre o projeto, que é sonho, e aquilo que se estabelece ao final da Colônia com a elevação à categoria de Cidade, há um distanciamento que gera uma identidade autônoma, e uma linguagem própria à Petrópolis.